

Percursos avaliativos da formação continuada de professores: modos de compreender as políticas e as práticas pedagógicas

*Leny Cristina Soares Souza Azevedo**

*Maria Cristina dos Santos Peixoto***

Resumo

O texto apresenta e discute as ações que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação de Campos dos Goytacazes, direcionadas à formação continuada de professores para as séries iniciais de ensino. A investigação foi desenvolvida nos anos de 2008 e 2009 e procurou acompanhar os cursos oferecidos pelo projeto educacional: “Viajando pelos campos conhecendo nossas raízes”, cujo objetivo foi subsidiar o trabalho dos professores na área de Estudos Sociais. Esse processo de formação permanente é uma das dimensões relevantes para a materialização de uma política de valorização do profissional docente, impondo-se reconhecer a urgente necessidade de mudanças para a forma de olhar a escola e avaliar os desafios teóricos e práticos que têm de ser enfrentados para a construção do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Formação continuada; Prática pedagógica, Avaliação; Políticas educacionais.

Evaluative Routes of the Continued Formation of Teachers: Ways of understanding political and pedagogical practices

Abstract

The text presents and discusses the actions which have been developed by the Municipal Secretary of Education in the town of Campos dos Goytacazes (RJ, Brazil), directed towards the continued formation of teachers for the initial years of the Basic Instruction Level. The investigation was carried out along the years 2008 and 2009, and the investigators carefully observed the courses offered by the educational project entitled “Traveling through the fields: finding out our roots”, which aimed to subsidize teachers’ work in the area of Social Studies. The process of permanent formation is one of the relevant dimensions for the materialization of a policy on the valorization of a teaching professional. In this respect, it is imperative to recognize the urgent necessity of changes in the way of viewing school as well as to evaluate the theoretical and practical challenges which must be faced for the construction of the pedagogical task.

Keywords: Continued formation; Pedagogical practice; Evaluation; Educational policies.

Introdução

Com o artigo pretendemos trazer a reflexão das práticas docentes atreladas aos cursos de Formação Continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, em Campos dos Goytacazes, município do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, do norte fluminense, para professores municipais que trabalham com as primeiras séries do ensino fundamental, da Educação Básica.

Observa-se que o processo em que os professores em exercício são chamados para a “qualificação”, ou seja, para uma formação continuada, pode, de acordo com Candau (1998), ser desenvolvido numa perspectiva clássica ou atual, de maneira formal ou informal. A esse respeito, no que tange à questão da formação, observamos na pesquisa

realizada a predominância da perspectiva clássica, pois as iniciativas partem de órgãos governamentais, como Secretarias de Educação, universidades e outras instituições, que propõem de maneira formal a atualização dos docentes, geralmente oferecendo cursos, seminários, entre outras propostas. Ainda para Candau (1998), essa perspectiva também pode acontecer informalmente, ou seja, através de trocas eventuais entre colegas. Uma das críticas apontadas no estudo é o fato de um determinado grupo pensar a atualização docente, desvinculando-a dos interesses e da realidade dos profissionais do ensino.

Outro aspecto também analisado foi quanto à descontinuidade das políticas de formação continuada, pois o trabalho feito pela Secretaria Municipal caracteriza-se pelo “eterno recomeçar em que a história é negada, os saberes são desqualificados, o sujeito é assujeitado, porque se

* Endereço eletrônico: leny.azevedo@terra.com.br

** Endereço eletrônico: m_crisalida@hotmail.com

concebe a vida como um “tempo zero” (Collares, 1999, p.38).

Assim sendo, entendemos que é imprescindível atentarmos para o investimento feito, considerando as fortalezas e debilidades enfrentadas pelos professores e coordenadores, para conceber e gerir atividades de pesquisa em projetos de conhecimento que visem envolver os alunos em sua aprendizagem. Professores envolvidos com a escola, através de práticas de coletivização do trabalho contribuem para promover o direito de aprender, ensinar, relacionar-se e viver na escola.

Nos últimos tempos, torna-se cada vez mais imprescindível favorecer e alimentar a consciência do professor em formação e seu processo de aprendizagem, bem como avaliar o desempenho das salas de aula, visando assumir medidas efetivas de transformações reais em benefício dos alunos. Da mesma forma, o investimento em bons cursos de formação continuada pode oportunizar resultados mais sólidos nas práticas educativas dos professores. É preciso que passemos a discutir os cursos oferecidos, pois acreditamos que essa avaliação pode auxiliar os novos rumos para que a escola cumpra seu papel formador. Afinal, como os professores fortalecem ou não suas práticas docentes a partir dos cursos desenvolvidos? Como os professores pensam que deve ser a formação continuada ao longo de sua vida profissional? Como as políticas de descontinuidade estão presentes na formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação?

São essas perguntas que norteiam nossas reflexões e sobre as quais nos lançamos para articulação entre políticas educacionais, educação contínua e prática pedagógica do professor, em uma perspectiva avaliativa.

**Apontamentos para a reflexão: avaliação,
formação continuada e descontinuidades de
projetos**

O sistema educacional no Brasil mostra, no seu funcionamento, sintonia com a desigualdade social, analisada nos estudos realizados e, principalmente, nos dados levantados pelas estatísticas oficiais. Com base em alguns desses dados, gostaríamos de compartilhar nossas reflexões sobre o resultado do IDEB de 2007, em quinze escolas estaduais do município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, onde atuamos como pesquisadoras, centrando nossos esforços no âmbito da formação inicial e continuada de professores da rede pública (estadual e municipal) de ensino.

Vale lembrar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, com o objetivo de medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não seja retido no ano e frequente a sala de aula.

Esse índice é medido a cada dois anos, e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, atinja a nota seis, em 2002 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

Segundo esse mote, na análise dos resultados oficiais relativos ao sistema educacional do município investigado, constatamos o baixo índice atingido pelo ensino no município, como é possível observar nos dados coletados dentre as escolas municipais de Campos dos Goytacazes de melhores e de piores índices nos Anos Iniciais e Finais da Educação Básica. Os quadros oficiais que apresentamos a seguir revelam a situação de três escolas municipais, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	-	5,9	-	6,2	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3	7,5

E.M. LIONS GOITACA - Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Finais	2,3	2,4	2,4	2,6	3,0	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7

C.E. VISCONDE DO RIO BRANCO - Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

C.E. NILO PECANHA - Fonte: Prova Brasil e Censo Escola

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anos Finais	4,0	3,7	4,1	4,2	4,5	4,9	5,3	5,5	5,7	6,0

Tais resultados revelam que o município necessita de investimentos na área de formação inicial e continuada de professores. Esses dados também reforçam o compromisso que as Universidades deverão ter em no nosso caso, a Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro”, quando for possível viabilizar a implantação e implementação de projetos, através de pesquisas em parcerias com escolas municipais, discutindo-se o impacto das políticas públicas de qualidade para a formação inicial e continuada de professores da rede pública de ensino no município.

A partir do ano de 2005, diversos projetos de formação continuada de professores vêm sendo desenvolvidos na UENF, após terem sido aprovados em rigoroso processo seletivo, e apoiados pelo Programa de Universidade Aberta da UENF, que concede bolsas para alunos da instituição e pessoas externas à comunidade universitária. Esses cursos abarcam áreas e modalidades diferenciadas, como: educação em ciências, relações étnico-raciais na escola, ensino de filosofia no Ensino Médio, políticas para melhoria da formação docente, educação matemática, educação em artes, arte cerâmica, educação de jovens e adultos, dentre outras.

Para Ferreira (2003), os estudos de formação continuada atribuem ao professor a responsabilidade de construir condições pedagógicas para interagir

produtivamente com os alunos. Aponta, também, a necessidade de o professor ser um profissional capaz de acompanhar as mudanças na organização escolar, tendendo a eliminar rotinas e a estabelecer outras; a extinguir ou substituir hierarquias; a demandar por novos procedimentos profissionais. Com base nas reflexões acima, desenvolvemos a pesquisa nos anos de 2008 e 2009, procurando acompanhar as ações da Secretaria Municipal da Educação de Campos dos Goytacazes, direcionadas à formação continuada de professores para as séries iniciais de ensino, a partir, mais especificamente, do curso oferecido pelo projeto educacional: “Viajando pelos campos conhecendo nossas raízes”. Para a Secretaria, tal projeto tinha como objetivo subsidiar o trabalho dos professores municipais com relação a um melhor desempenho da área de Estudos Sociais.

No contexto dessa trajetória, registramos o projeto e a participação dos professores nos cursos e o aproveitamento dessa formação nas salas de aula. Assim, a análise que ora apresentamos e discutimos, foi ancorada em registros obtidos através de entrevistas, as quais representaram um fértil instrumento metodológico da pesquisa, com o objetivo de avaliar a visão dos professores envolvidos na política municipal de formação continuada, em 2008 e 2009, que estava prestes a ter um novo desenho pela Secretaria Municipal de Educação. Isso

porque, a partir de 2010, um novo formato e enfoque terá a formação continuada em Estudos Sociais, sem que os professores sejam consultados ou tenham participação.

Constatamos a presença das políticas de descontinuidades, muito comuns no conjunto das propostas que são denominadas por Cunha (1998) como “administração zigue-zague”. Mudam-se interesses e propostas, com a chegada de um novo prefeito para privilegiar novos investimentos, não se avaliando o que tem sido realizado. A marca da gestão que se inicia introduz um pacote de “programas e projetos”, trazendo outras metas e direcionamentos para a Educação Básica no município. Como ainda estávamos acompanhando a formação continuada em 2010 e fechando os relatórios de pesquisa, fomos surpreendidos pelas demissões na Secretaria Municipal de Educação e extinção do Projeto “Viajando pelos campos, conhecendo nossas raízes”, que documentamos nos anos de 2008 e 2009.

Finalizamos o Relatório de Pesquisa, formulando perguntas aos professores sobre as mudanças que estavam emergindo na Coordenadoria, inaugurando um período de transição, de lutas políticas e outras orientações pedagógicas. As perguntas foram: Vocês têm conhecimento da nova proposta de Formação Continuada que será implementada pela Secretaria da Educação em 2010? Uma vez que a nova proposta de formação continuada será desenvolvida a partir do final de março de 2010, como essa proposta poderá ou não contribuir para a continuidade e a melhoria da prática pedagógica que vem sendo construída em sala de aula? Caso a nova proposta não contemple a continuidade do "tour" para o estudo da história do patrimônio de Campos, como você avalia esse encaminhamento?

Os professores entrevistados registraram o desconhecimento da proposta, considerando que muitos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação têm sido desfocados das condições de aprendizagem dos alunos e do projeto desenvolvido sobre as raízes históricas de Campos dos Goytacazes. Entretanto, argumentaram que tais cursos podem motivar os sujeitos envolvidos, estabelecendo a comunicação de ideias e ampliação da capacidade de raciocínio, ao estabelecer estudos e compreensões entre passado e presente. Também foi ressaltada a importância do trabalho no que diz respeito aos aspectos da cultura e da memória.

Com relação às respostas apresentadas no decorrer das entrevistas, vale apontar as seguintes

considerações: a) o desconhecimento dos professores sobre as novas propostas de formação continuada a serem desenvolvidas no município; b) o desconforto dos professores pela não continuidade do projeto anterior; necessidade de que os projetos sejam vinculados aos desejos dos professores e à realidade vivida pelas escolas; c) a generalizada opinião sobre a perda de tempo que muitos cursos apresentam, pela pouca objetividade; d) a importância do “Tour” na cidade de Campos dos Goytacazes para uma aprendizagem efetiva e significativa do tempo/espaço histórico do município.

Com base nessas reflexões, acreditamos que atuar em processos de educação continuada coloca continuamente novos desafios à ação formadora da Universidade, uma vez que a experiência nos tem mostrado que desenvolver programas de formação é tarefa que só pode ser realizada assumindo-se um caráter de parceria com as políticas públicas locais da Educação Básica, reconhecendo-nos, conjuntamente, como sujeitos produtores de conhecimento, buscando permanentemente diálogos com as agências formadoras. Para tanto, uma formação deve ser contínua e sistemática, expressando uma concepção de educação que contribua para aprofundamento e avaliação da práxis pedagógica.

Assumir essa concepção é ter em vista os objetivos de servir a população naquilo que é específico da educação: formação e instrução. Essa é uma das expectativas do papel que a escola deve cumprir e ela expressa um determinado construto de qualidade. Para Souza (2007), a orquestração desse percurso deve sair do campo das ideias e fortalecer e subsidiar a luta por uma educação pública de qualidade.

A legislação, as políticas e a formação continuada: entre dilemas e desafios

Com a LDB 9394/96, observa-se que se tem fortificado, no panorama pedagógico brasileiro, o olhar na formação docente. Esse fato pode ser constatado no avanço teórico diagnosticado em encontros, publicações, em propostas inventivas e criadoras divulgadas. No entanto, apesar deste atual cenário, não é possível avaliar melhores resultados nas práticas pedagógicas de sala de aula, ainda permeados pelos dilemas sobre a formação inicial e continuada de professores, que têm refletido na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, demonstrando o pouco investimento público dado à Educação Básica no Brasil, além das constantes descontinuidades das políticas educacionais.

Acreditamos que tal situação vem frustrando muitos que, conscientes, esperam uma formação continuada, desejando vivenciar situações coletivas e, de fato, contribuir para a construção de identidade escolar de melhoria de ensino, dos saberes e do trabalho docente.

Por acreditarem que os profissionais de educação podem alterar o rumo do processo pedagógico com mais força e determinação, apesar de planos, de leis e de decretos, muitas vezes organizados em instâncias distantes das questões e dos problemas das instituições de ensino, autores como Arroyo (1997), Roldão (1998), Gatti (2008) são atraídos pelos temas da ação e do preparo dos docentes. Tais fatos os levam a destacar o professor como um intelectual que libera seus saberes da experiência, impondo-se como gestor de um saber originado em sua prática.

Para esses autores, o investimento na formação continuada deve acolher a inovação, a capacidade de contextualizar os acontecimentos e fatos, percebendo, nos olhares de outros pares, que há sempre coisas para aprender, trocar e comunicar.

Nas discussões sobre a propagação de conhecimentos necessários para o exercício da profissão docente, Ferreira (2003) analisa que, no espaço universitário, a formação continuada é entendida como uma das funções das universidades, em cooperação com as Secretarias estaduais e municipais de ensino ou com as escolas públicas. Aparentemente, o que é lugar comum, são as parcerias entre as Secretarias de Educação e Universidades que programam cursos, oficinas, seminários, projetos de ensino e pesquisa para os professores, e estes últimos acolhem as propostas, todos “imbuídos das intenções de salvar, melhorar e aperfeiçoar a educação de crianças e jovens” (p.67).

Os desdobramentos dessa discussão e as práticas implementadas pelos poderes públicos, até mesmo pelas universidades conceituadas, secretarias estaduais e municipais de ensino, ainda estão por serem analisados. Seja como for, o presente texto busca pôr em sintonia os estudos sobre as políticas para a formação de professores e as especificidades da formação continuada. Sobretudo, consideramos as pesquisas que cuidam das análises dos saberes docentes e seus significados, realçando a existência de um saber que é produzido pelo próprio professor, em contato com os cursos, no exercício da sala de aula, na interação com seus alunos.

O projeto que ora analisamos, ocorrido nos anos de 2008 e 2009, possibilitou avaliar os cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Campos dos

Goytacazes, na gestão da Secretária Auxiliadora Freitas (2004 – 2008), quando foi impulsionado o projeto “Viajando pelos campos, conhecendo nossas raízes”, coordenado pela professora Marluce Guimarães Silva, destinado aos professores das primeiras séries do Ensino Fundamental da rede pública municipal.

Formação Continuada: caracterizações sobre a temática do Projeto e o trabalho pedagógico dos professores

Selecionamos três escolas municipais localizadas próximas à universidade, com a finalidade de acompanharmos mais regularmente o investimento dos docentes na Formação Continuada. Entrevistamos dezoito professores e recolhemos depoimentos a respeito dos entraves e possibilidades dos cursos para a melhoria do trabalho educativo nas séries iniciais. As escolas foram: Escola Municipal “Pequeno Jornaleiro”, Escola Municipal “Francisco de Assis” e Escola Municipal “Maria Arlete Araújo”.

Com essa pesquisa, questionamos os significados da formação continuada e suas contribuições para as práticas pedagógicas, partindo do princípio de que essa modalidade de formação se vem destacando nas discussões das políticas educacionais no Brasil, a partir de meados da década de 1990 (LDB 9394/96), apontando para uma revisão das experiências, dos percursos formativos e profissionais no âmbito nacional.

O ponto de partida desse trabalho foi a aproximação da nossa ação docente no âmbito da universidade, em Campos dos Goytacazes, com a Equipe de Atualização Continuada – EAC, responsável pelo programa de Formação Continuada para os professores das primeiras séries do ensino fundamental. Esse contato permitiu a investigação da história da proposta pedagógica do projeto oferecido aos professores da rede pública municipal, através da consulta a documentos e a entrevistas feitas com a coordenadora e professores que participaram do curso. Posteriormente a esse levantamento de dados, propusemo-nos à análise da relação dos professores com as propostas de formação para a melhoria das estratégias de ensino.

A questão da qualidade do ensino é analisada, por Oliveira (2007), como uma preocupação mundial que foi, progressivamente, tornando-se central no debate educacional. Nos últimos anos, tem sido difundido entre nós que a qualidade é indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala, nos

moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão para o Ensino Superior. Para o Ensino Fundamental, a Prova Brasil é feita a partir de diretrizes e matrizes curriculares, para aferir o conhecimento dos conteúdos prescritos para essa etapa ou nível de escolarização (Oliveira, 2007).

Com isso, muitas resistências entre os profissionais da educação traduzem o descontentamento dessas avaliações, porque não fazem parte de nossa cultura educacional. Ao mesmo tempo questiona-se a contribuição dos cursos de formação continuada pensados pelas Secretarias Municipais de Educação e Universidades, sem acompanhamento e exploração das atividades pedagógicas implementadas nas escolas.

Contudo, reconhecemos que a formação continuada é uma das dimensões importantes para a materialização de uma política para o profissional da educação, e acreditamos que deve ser articulada à formação inicial e as condições de trabalho, de salário e de carreira. Essa articulação faz-se necessária em razão dos novos contornos na organização escolar. São diretrizes que tendem a alterar a divisão do trabalho na escola; a eliminar algumas rotinas e a estabelecer outras; a extinguir ou substituir hierarquias; a demandar por novos procedimentos profissionais.

Hoje se pressupõe que o professor deverá atuar na escola para promover o trabalho coletivo de elaboração de planejamento escolar, dos programas e currículos. Tudo isso, de acordo com Ferreira (2003), requer formação e condições para sustentar um projeto democrático.

As mudanças trazidas na legislação de ensino (LDB 9394/96), quanto à participação dos profissionais docentes na gestão e construção de projetos na escola, repercutiram na organização do trabalho escolar, pois exigiram mais tempo de trabalho do professor, além de atendimento a mais demandas na jornada de trabalho. Essas demandas se traduzem em mais tempo, tanto de maneira extensiva como intensiva, resultando em intensificação do trabalho, quando não provocando, diretamente, aumento no exercício das funções docentes.

Para Nunes (2007), o incentivo à formação continuada privilegia a focalização na responsabilidade do professor, para que ele possa construir estratégias de ensino, visando interagir produtivamente com os alunos. Aponta, também, a necessidade de o professor ser um profissional capaz

de ultrapassar os conhecimentos do senso comum, sem desconsiderá-lo, além de ter habilidades de investigação para compreender o “saber fazer” derivado não só do curso de formação, mas também de sua matriz cultural.

Essa é, sem dúvida, uma contradição a ser explorada quando a intenção é sair do discurso, visando à transformação. A falta de reflexões para dentro das escolas vem, ao longo dos tempos, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais, não podendo os conflitos e contradições presentes ser ignorados.

A necessidade de interpretar os problemas de aprendizagem é apontada pelos indicadores educacionais, observando-se que o resultado das avaliações tem sido focalizado na precariedade da formação de professores e na desvalorização da profissionalidade.

O Brasil adotou essa posição, mas somaram-se outros significados à proposta de Formação Continuada, com o objetivo de tentar solucionar os problemas gerados pela precária formação inicial dos professores. Como aponta Gatti:

Concretamente ampliou-se o entendimento sobre educação continuada, com esta abrangendo muitas iniciativas que, na verdade, são de suprimento a uma formação precária pré-serviço e nem são sempre propriamente de aprofundamento ou ampliação de conhecimentos. Isso responde a uma situação particular nossa, pela precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação (2008, p.58).

Ainda em Gatti (2008), entendemos que as propostas de Formação Continuada implementadas pelas secretarias estaduais e municipais de educação assumiram feições de compensação, para sanar os problemas gerados pelas deficiências da formação inicial dos docentes, não cumprindo o que os debates internacionais haviam definido quanto à necessidade de uma base sólida e posterior amadurecimento intelectual, com os cursos de educação continuada. Nesse mesmo percurso, podem ser destacadas as ofertas de cursos de Educação Continuada, para os professores das séries iniciais do ensino, feitas pela Secretaria Municipal de Educação, em Campos dos Goytacazes. Essa afirmação foi constatada nos depoimentos dos docentes, nos quais revelam que buscam os cursos para receberem conhecimentos que não tiveram na formação inicial, e também revelam que as razões da busca se encontram no fato de

quererem aprimorar os saberes e a prática. Entretanto, tais professores afirmam que carecem de certos conteúdos, e por isso procuram a formação continuada.

Os registros, tanto da professora entrevistada, da Escola Municipal “Francisco de Assis”, quanto do professor da Escola Municipal “Maria Arlete Araújo”, são bastante expressivos:

O que me levou a participar dos cursos de Formação continuada foi porque eu acho que o ser humano em si em qualquer profissão que ele esteja empenhando suas atividades, o profissional ele tem que melhorar, ele tem que ter isso em mente e procurar sempre algo a mais. E a vida está cheia de coisas diferentes e a gente tem que estar sempre se aperfeiçoando, estando aberta a mudanças (Escola Municipal Francisco Alves - Entrevista concedida em 2009).

O projeto de formação continuada sobre o Patrimônio Cultural me interessa muito no que diz respeito à história de Campos, porque nós professores somos muito carentes em saber do próprio município. Então, como eu vou falar para meus alunos de Campos dos Goytacazes se eu não conheço a história da cidade? (Escola Municipal Maria Arlete Araújo – Entrevista concedida em 2008).

Na Escola Municipal “Pequeno Jornaleiro”, os professores esclarecem as significações do Projeto realizado:

Nasci nessa cidade e sempre me movimentei na região central e não tinha percebido a arquitetura dos prédios. Me impressionei com a beleza das construções e a história desses locais e o envolvimento dos sujeitos nessas construções. (Entrevista concedida em 2009).

Aprendi com a professora Marluce não só a história cultural de Campos, mas um contexto de conflitos vividos em outros tempos e que explicam algumas desigualdades existentes até hoje. (Entrevista concedida em 2008).

O importante no Projeto são as duas fases desenvolvidas. A primeira envolve os professores através do trabalho de campo, as discussões e os textos informativos e a assessoria dada nos fóruns agendados na

Secretaria. A segunda fase é o trabalho com os alunos que participam não só do “Tour”, mas também das oficinas de criação e acompanham em sala de aula na 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental o livro – texto produzido pelas professoras de História da cidade (Entrevista concedida em 2009).

A formação continuada contribui para a melhoria da nossa prática e amplia o trabalho pedagógico com os alunos (Entrevista concedida em 2009).

Verificamos, pelos registros dos entrevistados, que a proposta do curso oferecido pelos professores de História e coordenado por Marluce tange à capacidade de modificar a percepção dos professores quanto ao espaço local e altera as práticas de ensino e a qualidade da educação nas escolas observadas. Consideramos que as experiências e alternativas metodológicas fortalecem a ideia de que a formação continuada se estrutura na dimensão de seu significado. Assim, o investimento em formação continuada de profissionais é uma questão de exigência para o exercício da cidadania em diversos níveis e dimensões.

Percebemos, também, nas respostas dadas pelos professores, que poderiam participar mais dos cursos. Mas o tempo para esse investimento é pouco, e 22% dos entrevistados mostraram o desejo de terem mais condições para o estudo, como é proposto no Projeto. A partir dessa constatação, entendemos que os docentes, “mergulhados” em ações de Formação Continuada desconhecem ou não percebem que ela não assume o que realmente deveria. Para eles, o processo cumpre sua função; mas, na verdade, faz o que as universidades públicas e privadas teriam condições de realizar, caso as políticas educacionais investissem mais recursos na formação docente inicial. Se assim ocorresse, a formação inicial seria de qualidade, e a educação continuada poderia aprimorar e trazer avanços para os profissionais da educação – consequentemente, para o processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Reconhecemos que a formação de um professor não é simples e envolve a dimensão pessoal que de acordo com Dalben (2010), relaciona-se com histórias de vida e valores construídos a partir dessas histórias. Desconstruir processos e construir novas perspectivas de ações de reconhecimento e redimensionamento dos projetos pessoais de profissionalização exige interação e diálogo (p.185).

É claro que não somente a formação inicial e

a continuada poderão impulsionar a qualidade educacional. Salários, planos de carreira, escolas bem equipadas, parcerias entre escola e comunidade são algumas das possibilidades de investimento na ampliação dos diferentes campos da atuação educativa.

Segundo Oliveira (2007), no que tange ao texto legal, a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) define a formação, nos artigos referentes à valorização profissional, entre os quais destacamos:

- Art.40 Dispõe que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

- Art.67 Estipula que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. E também, em seu inciso II - o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim, é deferido.

- Art. 80: O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

E por fim, o Art.87, §3º, inciso III, define que cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação à distância;

Refletindo sobre o que a lei dispõe, alguns aspectos não se comprovam na realidade dos professores entrevistados na pesquisa. Nos depoimentos, verificamos que as escolas não oferecem nenhum espaço / tempo de formação continuada. Os espaços escolares entendem que apenas a Secretaria Municipal de Educação de Campos - SEMEC é responsável por oferecer cursos para os professores. Mas, acreditamos que, se as escolas trabalhassem em conjunto com as propostas da SEMEC, proporcionariam maior envolvimento dos docentes, além do aproveitamento educacional. Com base nesse contexto vivenciado pela Equipe de Formação Continuada (EAC), percebemos que as escolas em questão devem atentar para suas

responsabilidades e agir de forma que auxiliem os docentes a realizarem seu processo de formação. Fazendo isso, estarão, como dispõe a Lei, *valorizando seus profissionais*. É claro que existem inúmeras formas de valorização, mas a formação deve ser pensada como primordial para a melhoria da qualidade da educação.

Outro fator limitante para a formação continuada dos docentes, revelado nos depoimentos, está relacionado com os horários. A maioria dos cursos é ministrada nos mesmos períodos em que os professores lecionam, e as escolas não podem liberá-los porque não estão preparadas para substituí-los nesses momentos de ausência. Por seu lado, a Secretaria de Educação também não planeja os cursos, que deveriam ser realizados em momentos em que os professores pudessem participar sem prejuízo das atividades docentes.

Assim, observamos que as mudanças introduzidas com a legislação de ensino e os estímulos à preparação dos professores ainda não efetivaram os caminhos da melhoria da qualidade educacional. Para Roldão (1998), esse percurso para a qualidade deve levar em conta que o ponto de partida é a assunção da necessidade de um reforço da qualidade e de promoção da excelência no que se refere aos professores, e muito particularmente aos professores que trabalham nas séries iniciais de ensino.

Escola e Formação continuada

Os cursos de formação continuada possibilitam reflexão sobre a prática, porque às vezes a gente fica muito bitolado ao método tradicional. O corre-corre do dia-a-dia faz com que a gente não tenha criatividade, e os cursos de Formação Continuada oferecem a oportunidade de tornarmos as aulas mais dinâmicas e o tratamento dos conteúdos motivam (sic) mais os alunos a aprenderem (Entrevista concedida em 2009).

Para Sousa (2007), a efetivação da educação pública no Brasil resulta de uma multiplicidade de políticas, formuladas e concretizadas em diferentes instâncias dos sistemas educacionais, por meio de programas, projetos e práticas focados em distintas necessidades. Desse modo, é importante ressaltar que não podemos ignorar o impacto dos cursos oferecidos pela SEMEC quanto às contribuições nas práticas dos docentes e no processo de aprendizagem e resultados

da avaliação dos alunos.

Em 2008, quando iniciamos a pesquisa na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), em Campos dos Goytacazes, consultamos os documentos que subsidiavam os programas para a Formação Continuada. Tivemos acesso aos Documentos da Gerência Pedagógica acerca da proposta educativa para os professores das séries iniciais do ensino, incluindo um curso com a duração de oito meses, perfazendo um total de 160 horas, ministrado pela EAC (Equipe de Atualização Continuada), equipe coordenada pela professora de História Marluce Guimarães Silva. Foram oferecidas palestras e oficinas no Colégio “29 de Maio”, nas quais a EAC ministrou reflexões sobre a interdisciplinaridade, e um tema foi escolhido, colocando-se as áreas do conhecimento a serviço dele. Segundo a professora Carmem Braga, integrante do grupo:

A partir do tema Campos-Formosa, trabalhamos: português, matemática, geografia, diversidade cultural e história. Lá, no “29 de Maio”, nos distribuímos em oficinas que discutiam o rio Paraíba, espaço, fronteiras, limites de Campos, quais são os distritos, na parte de geografia; Marluce, com a história de Campos; outro professor falava de distância (matemática), meioambiente, mostrando os impactos ambientais que nós estamos vendo aí, com o derramamento de resíduos químicos e industriais no rio. Campos, como Centro, e os outros conhecimentos formatados em torno dessa temática (Entrevista concedida em maio de 2008).

Com relação às inscrições dos professores nos cursos, a Secretaria de Educação ofereceu reuniões para os (as) diretores (as), nas quais foi divulgada toda a programação de cursos. Os temas foram planejados pela EAC - por exemplo, “*Viajando pelos campos, conhecendo nossas raízes,*” que aconteceu em forma de “tour,” em que a história de Campos era narrada e subsidiada com os referenciais do Patrimônio Histórico-Cultural.

Essa proposta desenvolveu-se a partir de um estudo sobre a história do município de Campos e da visita a alguns prédios, praças, pontos turísticos que pertencem ao Patrimônio Histórico e Cultural do município. De acordo com o Documento da SEMEC, de 2008 – “Por uma Educação íntegra”, que fundamenta o projeto do “tour”, considera-se que:

É uma atividade significativa para professores e alunos, uma vez que propicia a valorização da história e da cultura local, importante para a construção de cidadãos atuantes. Embora, muitas vezes, a visita a um prédio de valor histórico possa ser confundida com uma simples excursão, na verdade inclui outras atividades, como por exemplo, observação, pesquisa, entrevista, trabalho com mapas, roteiros, leitura de textos, constituem um experiência rica para o professor e para o aluno (SEMEC/2008, p.01).

A partir do mês de outubro de 2009, esse projeto da Secretaria Municipal de Educação foi sendo substituído pela nova gestão municipal, com a inclusão de temas que atendam as necessidades da Prova Brasil. Isso demonstra a tentativa de melhorar o resultado precário de avaliações que colocaram o município em posição muito insatisfatória, conforme registrado anteriormente neste texto. Isso posto, cremos que a formulação de metas deve potencializar a adesão dos sujeitos que trabalham na escola, visando a cooperação e, principalmente, uma aprendizagem de participação. Esta necessita ser realçada como expressão do reconhecimento, de acordo com Sordi (2009), dos múltiplos saberes dos que estão envolvidos com o projeto pedagógico, visando a construção de acordos e compromissos para a realização de projetos comuns. No caso da educação pública, Barroso (2003), reflete que a “contratualização interna tem como referência o projeto educativo e corresponde à construção social do “bem comum” que fundamenta a prestação do serviço educativo” (p.135).

Nessa perspectiva, no que concerne aos padrões de gestão pública, é importante registrar as análises feitas por Cunha (1998), quanto às diferentes razões que fazem com que um secretário de Educação “tenha o seu plano de carreira, a sua proposta curricular, o seu tipo de arquitetura escolar, as suas prioridades” (p.18). Assim, os planos de carreira, as propostas curriculares e as prioridades mudam a cada quatro anos. Muitas vezes, conforme aponta esse autor, até mais rápido, já que nem todos permanecem à frente da Secretaria durante todo o mandato de um prefeito ou governador. Isso pode ser observado nas gestões conflituosas e contraditórias de Campos dos Goytacazes.

Por outro lado, a descontinuidade desses padrões de administração gera a desconfiança dos professores com relação a desenvolverem mudanças,

pois a cada início de gestão recebem pacotes de estratégias e planos. Os docentes acabam desenvolvendo resistências diante de projetos que, muitas vezes, sabem que não vão durar. (Cunha, 1998).

A participação dos professores investigados, de acordo com os documentos consultados (SEMEC – Avaliação – 2008), tem sido regular. Os docentes não são obrigados a fazer o curso. Alguns vêm por vontade própria; outros vêm pensando no aumento salarial de 3%, que ganham ao completarem 40 horas de atividades pedagógicas fora da sala de aula; e muitos vêm porque também querem uma atualização do trabalho pedagógico.

Frente aos resultados dos alunos nos exames de proficiência a que são submetidos, a dissonância entre os escores pode ficar evidente, e isso deixa exposto o trabalho docente realizado. Destacamos que os alunos das escolas públicas, particularmente aquelas situadas em locais de vulnerabilidade acentuada, apresentam reconhecidas carências de ordem estrutural e material, o que exige o fortalecimento teórico dos professores em seus saberes, de modo que possam interrogar a realidade da escola e da vida.

Assim, não há como deixar de considerar os conflitos que envolvem os professores quando se defrontam com as diferenças culturais, sociais, econômicas e de ritmo de aprendizagem entre os estudantes, a necessidade de desenvolverem espaços educativos com projetos que atendam a construção de uma prática social mais justa e que garanta real aprendizagem dos estudantes, conforme é anunciado nos projetos e programas de formação.

Tudo isso complexifica ainda mais o trabalho docente, e cabe indagar sobre a seleção das temáticas feitas para os cursos de formação continuada dos professores, quanto a serem capazes de ajudá-los a lidar formativamente com a avaliação e melhoria da qualidade do trabalho educativo.

Por fim podemos destacar que, apesar de tentarem incorporar práticas criativas em sala de aula, visando despertar a criatividade dos alunos, os professores entrevistados ainda encontram muitas dificuldades em romper com suas práticas tradicionais.

A maior dificuldade apontada por parte dos professores, e também por parte da equipe coordenadora da Secretaria Municipal de Educação, é a falta de bibliografia, para estudo e utilização do tema nas aulas. A bibliografia existente no município, sobre o assunto discutido nos cursos de formação sobre Patrimônio (2008-2009), não é mais editada ou

não é encontrada nas livrarias da cidade.

Seja como for, o investimento dos caminhos trilhados pela EAC (Equipe de Atualização Continuada) e os trabalhos desenvolvidos com os professores contribuíram, de acordo com seus depoimentos, para momentos de trocas de experiências, estimulando o estabelecimento de uma relação pedagógica que produziu conhecimento e aprendizagem.

Considerações finais

Desde o começo do processo, vai ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si quem forma se forma e reforma e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (Freire, 1998, p.25).

Freire, nessa epígrafe, sugere sobre a complexidade que a tarefa de ensinar e aprender representa para educadores e educandos. Uma formação de qualidade, que realmente forme cidadãos conscientes, reflexivos e criativos, exige tanto para docentes quanto para discentes, que os conteúdos historicamente construídos sejam apreendidos através de uma dinâmica contínua do formar-se e do transformar-se.

A pesquisa que apresentamos buscou dar lugar e voz a professores que, vivendo o desafio do seu cotidiano escolar, situados em um tempo/ espaço específico, necessitam que políticas públicas lhes garantam articulações capazes de permitir o avanço na formação de professores, porque está em jogo a formação de gerações de jovens e crianças. Investir em políticas de formação inicial e continuada exige o investimento na materialidade do trabalho docente, ou seja, superar as deficiências com ações comprometidas com uma formação mais qualificada, para que o professor possa tomar decisões importantes no entorno da prática social que permeia o exercício da docência (Dalben, 2010, p.167).

Para essa autora, um processo de formação se faz a partir do agir comunicacional do professor, remete à busca de tomada de posição e aprofundamento das relações conflituosas que estão presentes no ato de educar, exigindo trazer à tona a análise criteriosa de programas ou projetos concebidos para a formação continuada.

Para tanto, é interessante a consideração de que, nos últimos tempos, muito tem sido feito referente à qualificação docente, e observamos que professoras e professores de progressivas gerações têm sido chamados a “qualificar-se”, e motivos não

faltam para ser proclamada essa necessidade: seja por causa de uma nova legislação de ensino, seja pela precariedade da formação inicial docente, seja pela urgência de “atualização”, principalmente para o acompanhamento das mudanças vertiginosas no campo do conhecimento, dentre outras razões (COLLARES, 1999, p.203).

A construção de propostas de formação que tenham sintonia com a realidade prática exige conhecimento dessa realidade e abertura de percursos diferentes daqueles, por vezes, valorizados pela instituição acadêmica. Essa construção envolve sujeitos, envolve histórias de vida, processos culturais que estão imersos no cotidiano do trabalho (Dalben, 2010, p.169).

Nesse cenário de avaliações e expectativas constantes que têm sido impostas é que surgem cada vez mais propostas e projetos por todo o Brasil, buscando reforçar a reclamada qualidade da formação, para alcançar, segundo Roldão (1998), outra qualidade – a do desempenho profissional.

A Formação Continuada se insere no grupo dessas iniciativas, e entendemos que é relevante indagar sobre seus significados, fortalezas e debilidades na materialização de condições estruturais que resultem em lógicas, rotinas e planos mais democráticos dentro das ações cotidianas das escolas, transformando-as em locais de formação permanente, capazes de sustentar um projeto mais justo de educação e sociedade.

Com base na investigação realizada, consideramos que os professores interagiram com o Projeto de Formação Continuada, oferecido e reconheceram que experimentaram formas criativas de organização de propostas pedagógicas em Estudos Sociais. Mas, em 2010, com o encerramento da proposta pela nova gestão municipal, percebemos os efeitos de regulações e orientações, resultantes dos constrangimentos cotidianos em que os professores não são levados em conta, e isso pode afetar o trabalho pedagógico quando propostas não respondem às demandas da formação dos profissionais e a capacidade de estabelecer o diálogo entre os profissionais que atuam nas instituições escolares do Ensino Fundamental.

Por fim, observamos os contornos de transitoriedade e de descontinuidades no processo de formação de professores, de que segundo Dalben (2010), entre discursos e propostas surgem novos problemas para serem enfrentados e o mais grave deles é “a dificuldade de alcançarmos a sintonia entre os conhecimentos propostos nos cursos e a formação de uma prática docente que possa ser aprimorada,

desencadeando a autonomia intelectual” (p.166).

Referências

ARROYO, Miguel. Pedagogia das relações de trabalho. In: *Revista Trabalho e educação*, Belo Horizonte. v.8,n 2, ago/dez 1997.

BARROSO, João (org) *A escola pública: regulação, desregulação, privatização*. Porto: ASA, 2003 (p.128 – 248). BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/96.

Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9.394.html. Acesso em: 27/07/2009

CANDAU, Vera Maria (org). *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis, Vozes, 1998.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima. *Educação continuada e política da descontinuidade*. In Revista Educação e Sociedade: CEDES, n.68, 1999 (p.203-219).

CUNHA Luiz Antônio. *Política educacional: Impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1998.

DALBEN, Ângela. Tensões entre Formação e Docência: busca pelos acertos de um trabalho. *Anais do ENDIPE*. Belo Horizonte, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 9ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). *Formação Continuada e Gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2003.

GATTI, Bernardete Angelina. *Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década*. Fundação Carlos Chagas, 2008.

Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 18/08/2009.

MALAVASI, Maurício. Avaliação Educacional: processo de submissão ou emancipação. *Conferência Nacional de Educação Intermunicipal - CONAE – Pólo Campinas, Campinas, São Paulo, 2009*.

NUNES, Clarice. Formação docente: permanência do passado nos desafios do presente. In: SOUZA, João Valdir Alves (org.). *Formação de professores para a*

educação básica: dez anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Dalila, A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: breve balanço sobre a organização e o trabalho docente. In: SOUZA, João Valdir (org.). *Formação de professores para educação básica: dez anos da LDB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007 (p.108-111).

PROVA BRASIL, CENSO ESCOLAR. IDEB, 2008, Campos dos Goytacazes.
Disponível em: www.ieb.meritt.com.br

ROLDÃO, M. *Formar para a excelência profissional – pressupostos e rupturas nos níveis iniciais da*

docência. In: EDUCAÇÃO E LINGUAGEM/Programa de Pós-graduação: Universidade Metodista de São Paulo. v 1, n.1. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998 (p.18-42).

SOUZA, Sandra; OLIVEIRA, Romualdo Portela. *Sistema de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados*. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPESP, São PAULO, 2007.

SORDI, Mara; Souza, Eliana (Orgs). *A avaliação como instância mediadora de qualidade da escola pública*. Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2009.

Sobre as autoras:

Leny Cristina Soares Souza Azevedo é mestre em Educação, doutora em História e Educação pela UNICAMP. Professora Adjunta da UFRJ. Suas pesquisas têm sido sobre Políticas para Formação de Professores, História e Memória.

Maria Cristina dos Santos Peixoto é mestre em Educação, doutora em Educação pela UFF. Professora da UENF "Darcy Ribeiro". Suas pesquisas têm sido na área de Arte e Educação e Formação de Professores.